

## Estado do Amazonas: a importância da diversificação em tempos de pandemia

**Cristiane Cavalcante Lima**

Doutoranda do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Rural PGDR/UFGRS  
Professora do Instituto Federal do Amazonas, Campus Manaus Zona Leste

O cenário catastrófico que estamos vivenciando revela o quanto somos reféns do sistema capitalista, e quão o Estado tem se tornado frágil ao se curvar, colocando-se como um mero executor das determinações do setor privado. As críticas postas aqui não visam demonizar o sistema capitalista como todo e desconsiderar a relevância dos mercados, oferecendo um discurso que muitos dirão, “coisa de comunista”. O objetivo não é nos digladiarmos com proposituras teóricas oponentes, por vezes eloquentes.

Assim, nos atemos ao fato presente: estamos imóveis, sentindo-nos impotentes ao que se passa! E por que nos sentimos assim? Porque o Estado progressivamente tem se tornado ausência e **extremamente** dependência do setor privado, de tal modo que em situações emergenciais como essa, revela-se perdido.

Não pensamos, não planejamos, não estabelecemos estratégias paralelas que pudessem nos tornar mais autônomos. Estratégias diferenciadas e diversificadas, sobretudo, no que tange à produção, comercialização e consumo de alimentos, são imprescindíveis, principalmente em localidades tão peculiares como é o caso dos municípios do estado do Amazonas, região norte do Brasil.



Imagem obtida em: [www.google.com/search?q=estado+do+amazona](http://www.google.com/search?q=estado+do+amazona)

O estado do Amazonas é a maior unidade territorial da Federação Brasileira, ocupando mais de 18% da superfície do país, concentrando a maior reserva tropical do planeta e uma das maiores bacias hidrográficas. Com cerca de 4.144.597 pessoas, sua capital, Manaus, tem uma envergadura populacional de 52% desse contingente. (IBGE, 2010). Possui 62 municípios e mais de 7 mil comunidades rurais. É uma região que se difere de outros estados Brasileiros, principalmente pelo seu isolamento geográfico, cujo acesso em sua maioria é por via fluvial.



Com o decreto do governador do estado Wilson Lima, no último dia 20 de março, de suspensão do transporte fluvial no estado, a natural característica de isolamento geográfico, se ampliou ainda mais. Tal decisão foi revogada dez dias depois, a pedido da Advocacia Geral da União. No Amazonas, nossas estradas, de modo geral, são as águas, portanto, uma decisão como essa, inevitavelmente, abalaria diversos âmbitos da vida, tanto nas comunidades ribeirinhas, como na capital Manaus, especialmente em relação ao seu abastecimento, comprometendo a já fragilizada segurança alimentar e nutricional.

Assim, o contexto atual nos permitiu refletir sobre algumas situações problemáticas, que se tornaram mais evidente nas últimas semanas. Além da pouca autonomia da capital na produção de alimentos para a sua população, destaca-se também a ênfase no setor industrial, que no momento de crise como este, demonstra o quanto podemos estar fragilizados.



A capital possui a Zona Franca de Manaus (ZFM), grande polo industrial e comercial, representando, segundo argumentos de alguns autores como Pinheiro (2012) grande parte do PIB, cerca de 80%. Como pode uma região como o Amazonas, com um potencial pesqueiro surpreendente, um estado que apesar da especificidade sazonal do sistema de várzea, possui - em função desse ecossistema - um alto potencial para produção de alimentos e fibras, ser tão dependente do setor de produção industrial (ZFM)?

O estado nessa condição, de grande dependência do setor industrial, em um possível cenário de interrupção da produção, e conseqüente desemprego, levaria grande parte da população Amazonense ao colapso. Esse drama, por outro lado, é diferente quando outros setores, destaco aqui o setor agrícola e pesqueiro, são objetos de atenção do poder público, no sentido de implementar políticas públicas diferenciadas e diversificadas à região, no que tange à produção, comercialização e consumo. Por isso tão importante continuarmos incentivando esses setores, potencializando-os ainda mais.

Mesmo considerando a importância da Zona Franca de Manaus para o estado como todo, o atual contexto de pandemia sinaliza a ineficácia de ações exclusivas e/ou predominantes a uma única direção. A extrema especialização, dentro de qualquer setor, é impotente! Quando a literatura diz que a relevância da diversificação no meio rural permite a possibilidade de reduzir os riscos de vulnerabilidade do mercado, em situações de crise ou instabilidade financeira, ela está certíssima! Futuras análises empíricas, pós pandemia, oferecerão a mesma conclusão.

Faz-se necessário, portanto, criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim resiliência para lidar com crises, choques ou vulnerabilidades, garantindo, sobretudo, a soberania alimentar e nutricional da população. Concordando com Ellis (2000, p. 25), “(...) a diversificação dos meios de vida, constitui-se como a melhor e mais efetiva estratégia de ação”.

ELLIS, FRANK. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico** – Brasil 2010. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PINHEIRO. Wallace Meirelle. **Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Valer. 2012.

\* As opiniões emitidas neste texto são de caráter pessoal e não refletem necessariamente a posição do GEPAD.



Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
[www.ufrgs.br/agriculturafamiliar](http://www.ufrgs.br/agriculturafamiliar)  
<https://www.facebook.com/estudosemagricultura/>

